

Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Competência
e Sintonia com os Novos Paradigmas do
Mercado

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A772	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : competência e sintonia com os novos paradigmas do mercado / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-485-6 DOI 10.22533/at.ed.856191807 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 720
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que, a convite da Editora Atena, apresento a primeira edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Competência e Sintonia com os Novos Paradigmas do Mercado”. Esta edição, composta por 23 capítulos, apresenta experiências das mais diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, como: arquitetura, planejamento urbano, tecnologia e preservação do patrimônio cultural.

Um dos temas amplamente discutidos aqui é a preservação da paisagem como patrimônio cultural. Desde 1992, quando a Unesco incluiu a paisagem cultural como bem passível de preservação, inúmeros estudos e pesquisas mostram a importância da discussão do tema no território nacional. Porém, a valorização e o fomento à proteção da paisagem como bem cultural ainda é um grande desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas nacionais.

Assim, o foco do presente livro é mostrar a importância e a amplitude da discussão sobre o papel social da arquitetura e do urbanismo contemporâneo. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas públicas ou privadas, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
LIÇÕES DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA DE CHICAGO PARA A PESQUISA URBANA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL	
Linda Maria de Pontes Gondim	
DOI 10.22533/at.ed.8561918071	
CAPÍTULO 2	13
PORTO DO AÇU: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NOTÍCIAS NA MÍDIA IMPRESSA REGIONAL	
Dayanne Vieira Maia	
Rosélia Perissé da Silva Piquet	
DOI 10.22533/at.ed.8561918072	
CAPÍTULO 3	26
A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM MARINGÁ-PR: CONFLITOS E REPERCUSSÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO	
Leonardo Cassimiro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.8561918073	
CAPÍTULO 4	42
AGRICULTURA URBANA: UMA FORMA DE INTERVENÇÃO SUSTENTÁVEL	
Talissa Fernanda Bussacro Serafin	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918074	
CAPÍTULO 5	53
O MEIO FÍSICO COMO CONDICIONANTE NO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO URBANO-PAISAGÍSTICA	
Eder Donizeti da Silva	
Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918075	
CAPÍTULO 6	68
PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
Elizabeth Melo Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.8561918076	
CAPÍTULO 7	79
METODOLOGIAS DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA	
Elisiana Alves Kleinschmitt	
DOI 10.22533/at.ed.8561918077	

CAPÍTULO 8	91
PAISAGEM CULTURAL E PAISAGEM SONORA HISTÓRICA: DOS SONS DO PASSADO NA IDENTIDADE DO PATRIMÔNIO	
Rodrigo de Almeida Spinelli Pinto Ernaní Simplício Machado Miriam Carla do Nascimento Dias	
DOI 10.22533/at.ed.8561918078	
CAPÍTULO 9	101
FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DA PAISAGEM CULTURAL: METODOLOGIA APLICADA EM ITAGUAÇU – ES	
Amanda Guimarães Meneses	
DOI 10.22533/at.ed.8561918079	
CAPÍTULO 10	113
BUENOS AIRES E A HABITAÇÃO OBREIRA PERONISTA: <i>BARRIO 17 DE OCTUBRE</i>	
André Luis Rodrigues Bering Nara Helena Naumann Machado Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180710	
CAPÍTULO 11	125
PAISAGEM CULTURAL NO CONTEXTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Claudio Antonio Santos Lima Carlos	
DOI 10.22533/at.ed.85619180711	
CAPÍTULO 12	137
A FERROVIA E SEUS CAMINHOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO	
Adriana Cristina Gonçalves Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180712	
CAPÍTULO 13	149
A PAISAGEM CULTURAL DO ENGENHO CENTRAL DE PIRACICABA NA DINÂMICA FABRIL DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	
Marcelo Cachioni	
DOI 10.22533/at.ed.85619180713	
CAPÍTULO 14	162
INTERVENÇÕES URBANAS: OS ESPAÇOS PÚBLICOS NA PAISAGEM CULTURAL RIBEIRINHA DA VILA ELESBÃO (AP)	
Luana Marques Vieira Guilherme Pantoja Alfaia Victor Guilherme C Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.85619180714	
CAPÍTULO 15	175
A PRESENÇA ESLAVA NA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM ARQUITETÔNICA DA ZONA DA MATA RONDONIENSE – BRASIL	
Jania Maria de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.85619180715	

CAPÍTULO 16	188
O BAIRRO POTI VELHO EM TERESINA-PI: PERSPECTIVAS DE PROTEÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL	
Mariana Monteiro Scabello	
Andréa Lourdes Monteiro Scabello	
Marina Brito de Oliveira Marques	
Marjorie Brito de Oliveira Marques	
DOI 10.22533/at.ed.85619180716	
CAPÍTULO 17	200
RUA DO HORTO: RELIGIÃO E A FORMAÇÃO DE UMA PAISAGEM CULTURAL	
Marília Jerônimo Costa	
Sarah Brandeburski Farias	
Gabriella Donato de Oliveira Lima	
Jussara Bióca de Medeiros Timótheo	
DOI 10.22533/at.ed.85619180717	
CAPÍTULO 18	213
VIA-PARQUE DAS GRAÇAS: CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO SOCIAL	
Marcela Correia de Araujo Vasconcelos Zulim	
DOI 10.22533/at.ed.85619180718	
CAPÍTULO 19	224
DESENVOLVIMENTO DA PAISAGEM URBANA: RADIAL AVENIDA JOÃO PESSOA, PORTO ALEGRE – RS	
Cristiane dos Santos Bitencourt Schwingel	
Raquel Rodrigues Lima	
DOI 10.22533/at.ed.85619180719	
CAPÍTULO 20	236
MUITO ALÉM DO EMBELEZAMENTO	
Raquel Silva dos Santos	
Ana Elisabete de Almeida Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.85619180720	
CAPÍTULO 21	250
CARTOGRAFIA SOCIAL DA PAISAGEM CULTURAL DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BA: SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	
Luciana Almeida Santos	
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.85619180721	
CAPÍTULO 22	264
CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE MONUMENTOS CULTURAIS EM COLATINA	
Wellington Gomes da Silva	
Ana Lucia Reis Melo Fernandes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.85619180722	

CAPÍTULO 23	278
CENTRO CULTURAL FILÉ DA BARRA: ANTEPROJETO DE UM ESPAÇO CULTURAL E DE LAZER O PARA O BAIRRO DO PONTAL DA BARRA EM MACEIÓ – AL	
David Alves de Andrade Alexandre da Silva Sacramento	
DOI 10.22533/at.ed.85619180723	
CAPÍTULO 24	291
ANÁLISE ESPACIAL DE VISIBILIDADE APLICADA A GESTÃO DA PAISAGEM CULTURAL REMANESCENTE DOS CAMINHOS DE TROPAS NA REGIÃO DA COXILHA RICA, SANTA CATARINA	
Edenir Bagio Perin Adolfo Lino de Araújo Flavio Boscatto	
DOI 10.22533/at.ed.85619180724	
SOBRE A ORGANIZADORA	303
ÍNDICE REMISSIVO	304

PAISAGEM CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

Jefferson Eduardo da Silva Morales

Universidade Federal de Roraima - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Boa Vista – Roraima

Georgia Patrícia da Silva Ferko

Universidade Federal de Roraima - Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Departamento de Administração
Boa Vista - Roraima

Graciete Guerra da Costa

Universidade Federal de Roraima - Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Boa Vista - Roraima

Elizabete Melo Nogueira

Instituto Federal em educação, ciência e tecnologia de Roraima
Boa Vista – Roraima

RESUMO: A Paisagem Cultural é caracterizada na ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente. Esta pesquisa tem como objetivo apreender o processo inserção do termo Paisagem Cultural como nova categoria para a preservação de

patrimônios. Para tanto, recorreu-se à revisão de literatura, a de estudo bibliográfico de autores que discutem o do assunto. Durante a ECO-92, alguns pesquisadores e estudiosos se reuniram na França, no mesmo ano, para formar a Paisagem Cultural com o objetivo de valorizar a relação Homem e Natureza e estabelecer critérios para que um bem seja considerado Paisagem Cultural e que esse termo seja inserido na Lista de Patrimônio Mundial. Identifica-se que Paisagem Cultural é um termo bastante discutido na geografia, o qual passou a ser utilizado para apreciar as paisagens naturais e, ao mesmo tempo, ter aproveitamento do espaço para práticas culturais e viabilizar economicamente, uma vez que esses mesmos espaços viram símbolos locais, tornando-se a identidade, a alma e a representatividade comunitária. Faz-se necessário, a criação de canais de interlocução com diversos sujeitos, já que esses patrimônios precisam de gestão e legitimidade perante a sociedade, podendo assim evitar problemas que ocorrem com patrimônios de outras categorias que foram inscritos na lista da Unesco.

PALAVRAS-CHAVES: Paisagem Cultural, Patrimônio, Natureza.

CULTURAL LANDSCAPE IN CONSTRUCTION OF THE CONCEPT

ABSTRACT: The Cultural Landscape is characterized in the occurrence, in a territorial fraction, of the singular conviviality between the nature, the constructed and occupied spaces, the modes of production and the cultural and social activities, in a complementary relation between itself, able to establish an identity that does not can be conferred by any one of them alone. This research aims to apprehend the process insertion of the term Cultural Landscape as a new category for the preservation of patrimony. For that, we resorted to literature review, that of a bibliographic study of authors who discuss the subject. During ECO-92 some researchers and scholars met in France in the same year to form the Cultural Landscape in order to value the relationship between Man and Nature and to establish criteria for a good to be considered a Cultural Landscape and that this term be on the World Heritage List. It is identified that Cultural Landscape is a term very discussed in the geography, which began to be used to appreciate the natural landscapes and, at the same time, to take advantage of the space for cultural practices and economically feasible, since these same spaces saw symbols identity, soul and community representation. It is necessary to create channels of dialogue with various subjects, since these assets need management and legitimacy before society and can thus avoid problems that occur with assets of other categories that have been inscribed on Unesco's list.

KEYWORDS: Cultural Landscape, Heritage, Nature.

1 | INTRODUÇÃO

Paisagem é um conceito abrangente que foi desmembrando-se e ampliando-se para todos os campos das ciências. Na geografia a paisagem é uma categoria de estudo, conceituada como porção do espaço que é visto e sentido, ainda nos conceitos geográficos, sendo subdivida em natural e humanizada.

As paisagens naturais são espaços que não tiveram nenhuma ação humana, permanecendo as estruturas vegetais, fauna, solo e corpos hídricos intactos. Quanto às paisagens humanizadas são os espaços que sofreram menor ou maior escalas das ações antrópicas como as aldeias, cidades e estradas.

Na geografia clássica a paisagem cultural é analisada a partir da interação das intervenções humanas na natureza, cujo objetivo é a produção de elementos para suprir necessidades da sociedade em abastecimento, gestão territorial e infraestrutura. Dessa forma, como resultado dos impactos gerados pela humanidade na natureza geraram novas paisagens no âmbito rural e urbano.

Com as preocupações patrimoniais, culturais e naturais, a UNESCO vem criando chancelas de proteção aos elementos excepcionais para a humanidade. Tomando como base a discussão da geografia tradicional alemã, a Paisagem Cultural apareceu como uma nova categoria para a preservação de patrimônios. “A ideia de paisagem cultural, por sua vez, como concebida na categoria do patrimônio, trata da interação

entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente” (NÓR, 2013, p. 26).

Os patrimônios culturais, então, são objetos do processo ligado diretamente a memória e identidade, trazendo consigo uma carga muito forte de significado, e a natureza que está diretamente influenciada pela intervenção humana fazendo com que a natureza não seja um bem intocado.

Paisagem Cultural pode-se ser subdivida em: paisagens claramente definidas; paisagens evoluídas organicamente (reíquias ou fósseis, contínua); e paisagem cultural associativa com suas características de análise para cada categoria (RIBEIRO, 2007).

Esta pesquisa objetiva compreender em como o conceito de paisagem cultural foi apropriado pela UNESCO para a inscrição de bens culturais no intuito salvaguardá-los. Como procedimento metodológico foi utilizado pesquisa bibliográfica de forma qualitativa para o aprofundamento dos dados conceituais e sob a ótica de autores e pensadores que discutem o tema.

2 | PAISAGEM

A humanidade, desde o começo de sua história e existência, interfere diretamente na modificação da paisagem natural, fazendo com que cada vez mais a paisagem natural venha sendo substituída pelas paisagens antrópicas. Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço – no entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida, então, como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo (RIBEIRO, 2013).

O crescimento urbano acelerado iniciou-se no período da industrialização, mas sabe-se que quando o homem deixou de ser nômade e tornou-se sedentário na antiguidade, formando, assim, os primeiros grupos que fixaram lugar, permitindo então “o desenvolvimento das técnicas que possibilitou o homem deslocar-se no espaço geográfico a natureza passa ser dominada, domesticada pelo mesmo para atender suas necessidades em todas as suas dimensões, econômica, social e cultural” (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 7). O assentamento humano nas primeiras civilizações foi o berço do crescimento das sociedades e com ela toda a necessidade de interferência na paisagem natural.

As cidades hoje são o lócus onde mais da metade da população vive no mundo. Assim com o alto grau de urbanização cada vez mais os espaços urbanos ocorre a minimização de áreas naturais que vão dando lugar às construções edificadas, tornando mínimo os espaços verdes arborizados e o contato do homem com o meio natural que fica restrito a áreas construídas muitas vezes pelo próprio homem como praças, parques e etc. (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 12).

Com a maioria da população mundial vivendo nas cidades, é inevitável a

modificação da paisagem natural, uma vez que o espaço construído pelo homem, como uma forma de vida, fazendo, então, que no lugar de árvores e lagos haja prédios e asfaltos em nome do conceito moderno de desenvolvimento. Então, vale citar:

a cidade moderna produz e reproduz novos territórios em seu processo de desenvolvimento, criam-se novas formas esculturais e tipológicas urbanas (como praças, jardins, parques) espaços artificiais construídos pelo homem, condicionando ao crescimento do espaço geográfico urbano e a redução rural (SOUZA; SANTOS, 2017, p. 12).

Mudança da topografia original, diminuição da cobertura vegetal, perda de habitat de animais e espécies da flora, diminuição da permeabilidade do solo, entre muitas outras modificações foram feitas para serem criadas as cidades. Vale lembrar, ainda, que não somente as cidades têm o papel das paisagens antrópicas, como também o ambiente rural modifica, e muito, o meio em que vive, principalmente em áreas para a agricultura (RIBEIRO, 2013).

A criação de novos territórios e de novas disposições espaciais faz com que o ecossistema se modifique e, assim, as cidades criam novas paisagens, como é ressaltado Yázigi (2002, p. 87): “a construção de uma nova cidade gera a ‘construção’ de uma nova paisagem. A paisagem está associada à passagem do tempo sobre um determinado local, às percepções das formas e do mundo” – mais uma vez frisando sobre a visão de mundo de quem contempla a paisagem e o significado dado a nível pessoal e social.

Desta forma, o homem modificou a paisagem não apenas para suprir suas necessidades, mas também para se identificar, como afirmam Andreotti e Furlanetto:

o homem inventou-a para falar de si mesmo através da imagem. Somos nós mesmos na nossa paisagem. E isso porque nós modificamos o ambiente com todos os seus elementos naturais através das nossas atividades materiais, das necessidades políticas, das instâncias econômicas, dos ordenamentos jurídicos, mas sobretudo depositamos a nossa cultura e a nossa concepção de mundo (Weltanschauung), o nosso modo de pensar e viver, as nossas crenças religiosas, a nossa pulsão espiritual, os nossos símbolos e valores. Todos esses elementos constituem uma ética que, com o filtro do tempo, se torna uma estética (ANDREOTTI; FURLANETTO, 2012, p. 6).

Neste sentido, as cidades se tornam um verdadeiro sistema, com diversas formas de pensamento, de cultura e de pontos de vista que o delinear do tempo vai consolidando uma comunidade.

Paisagem é um termo bem amplo, mas muito utilizado nas áreas da geografia, das ciências ambientais, do patrimônio cultural, da identidade, da memória e como recurso natural. “A palavra paisagem, cheia de conceitos e significações diversas, requer uma delimitação para seu uso e uma explanação acerca das implicações ideológicas embutidas em torno de sua limitação” (MANTOVANI; BARBOSA, 2015, p. 270).

Os mesmos autores ainda complementam que é um conceito que estabelece a unidade e a identidade para a própria geografia, pois cada parcela de paisagem possui

uma característica própria, através dos relevos e das paisagens aquáticas e florestais formando, assim, uma composição cênica de cada região, o que as torna tão peculiares e com identidade. Desta forma, “o conceito de paisagem é essencialmente polissêmico e dinâmico, já que ao longo da história do pensamento geográfico o conceito teve múltiplas interpretações, de acordo com a abordagem geográfica” (RISSO, 2008, p. 68).

Com isso, é observada a intervenção humana nas paisagens naturais formando, então, as paisagens antrópicas. Nesse sentido, “dentre as diferentes formas de contato do homem com a natureza, que fica evidente uma forma de projeção dos indivíduos sob os objetos e os elementos a respeito dos quais desejam refletir” (MANTOVANI; BARBOSA, 2015, p. 270); de acordo com a necessidade ou vontade humana, a paisagem é modificada e adaptada para suprir o objetivo.

Para Ferreira, Lanari e Moreira (2014), a paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nas quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território.

No entendimento de Mantovani e Barbosa (2015, p. 277), pode-se verificar no dicionário o conceito de paisagem como sendo “uma extensão de território que se abrange com um lance de vista, panorama, vista” ou, ainda, como uma “pintura, gravura ou desenho que representa ou em que se descreve um sítio natural, rural ou urbano”. Percebe-se, então, a vastidão do conceito de paisagem, sendo preciso estudar cada um detalhadamente.

Nas discussões de patrimônio nos âmbitos culturais, seja material ou imaterial, assim como os recursos naturais, em especial, na conceituação de paisagem, esses temas foram discutidos separadamente, levando-se a pensar que eram dois temas totalmente distintos. Porém, no século XX começou a se falar sobre a nova categoria de discussão: as paisagens culturais (RIBEIRO, 2013).

Ferreira, Lanari e Moreira (2014, p. 54) complementam que:

a paisagem não deve ser compreendida apenas como um meio natural ou artificial, e sim como uma complexa rede de percepções em interação com o meio, composta por processos de criação e recriação a partir das permanências e modificações impostas ao meio físico a partir da ação dos seres humanos. As paisagens, portanto, são fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade.

A paisagem tem sofrido interferência humana desde o começo e foi percebida a necessidade de uma nova categorização dos patrimônios, uma vez que o cultural encontra o natural no caminho e ambos formam uma nova paisagem para ser apreciada pela comunidade e quem as visita.

Para Ferreira, Lanari e Moreira (2014), a paisagem pode ser entendida como sendo os espaços em que se realizam as práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território; “a cultura é o agente, a área natural, é o meio, a

paisagem cultural, o resultado” (SAUER, 1925, p. 25). Assim, é nítida a interação da natureza com a cultura construída pelo homem, criando uma nova forma de observação – e não apenas com o natural e os patrimônios culturais separadamente, que agora são organismos unificados e tendo que ser avaliados conjuntamente como Ferreira, Lanari e Moreira (2014, p. 56) citam:

a própria origem bipartidária da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupa com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.

Ao associar o estudo das paisagens a apenas aos seus aspectos geográficos, atribuiriam à paisagem a condição de “suporte da vida”. Neste sentido, mesmo quando preocupada com as formas de apropriação do meio pelo homem, ele coloca os recursos naturais como se estivessem à disposição dos homens destes, que “modelariam” a base física do mundo de acordo com suas necessidades (FERREIRA; LANARI; MOREIRA, 2014).

Sendo assim, pode-se inferir que a paisagem é um recurso natural por conter todos os componentes naturais, e que no decorrer da história tornou-se elemento de grande valia para a sociedade no quesito econômico quando se pensa no capitalismo, mas todos os povos usaram os recursos naturais como uma moeda de troca, como era o ouro, a prata, a troca de objetos por animais muito comum na antiguidade, ou seja, muito antes do capitalismo como, conhecemos hoje, excluir ser adotado pela maioria das nações.

Desta forma, Venturi (2006) complementa em sua conceituação que:

se, por um lado, os recursos naturais ocorrem e distribuem-se no estrato geográfico segundo uma combinação de processos naturais, por outro, sua apropriação ocorre segundo valores sociais. Dessa interação sociedade-natureza decorrem determinadas formas de organização social sobre o território, influenciadas, tanto pelos processos naturais que determinam a ocorrência (ou a não ocorrência) e a distribuição territorial dos recursos, como pelos valores sociais vigentes no contexto da apropriação, sendo que quanto mais valorizado é um recurso, maior sua mobilidade sobre o território (VENTURI, 2006, p. 16).

Ribeiro (2007) considera que a paisagem ganhou um forte aliado: trata-se das discussões de desenvolvimento sustentável que entraram na agenda dos debates nacionais e internacionais estimulando a relação harmônica do homem com a natureza. A natureza modificou-se naturalmente no decorrer das eras formando os recursos que têm sido utilizados para a produção de consumo e de abastecimento de seus grupos sociais que nasceram de uma demanda particular de cada comunidade, e de como será manejado. Assim, a cultura que justificava as diferentes realizações do homem sobre a terra, mais do que a genética ou as condições do meio, tem como preocupação evitar a confusão, então ainda comum, entre o orgânico e o cultural (LARAIA, 1986).

3 | PAISAGEM CULTURAL NA GEOGRAFIA CLÁSSICA

É importante destacar a existência da geografia cultural, teve por origem em 1890 na Alemanha que visava discutir as resultantes da relação da sociedade com a natureza. “Esses temas desdobravam-se em ouro como as regiões culturais, a ecologia cultural ou o papel do homem destruindo a natureza, a difusão cultural e outros associados, via de regra, à dimensão material da cultura” (CORRÊA, 2009, p.2). Sendo o conceito com raízes europeias dando luz aos próximos passos de reconhecimento pelos Estados Mundiais.

Paisagem Cultural, na concepção de Ribeiro (2007), é caracterizada na ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente.

Segundo Ribeiro (2007), a ideia de paisagem cultural possui uma ampla tradição na disciplina geográfica, uma vez que ela também passou a ser utilizada por diversos campos do saber, como a arquitetura e a ecologia, fato que abre várias possibilidades de análise teórica sobre a paisagem. Logo, ao se eleger certa concepção de paisagem e uma metodologia para analisá-la isso influenciará nos resultados da pesquisa implementada, obtendo-se diferentes conclusões num mesmo objeto investigado.

Segundo Nór (2013), o conceito de paisagem cultural de meio ambiente, em seu sentido mais atual, é como um sistema dinâmico, de relações e interferências recíprocas, compreendido sob uma visão totalizante que abrange aspectos naturais, sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos.

Paisagem Cultural é um elemento que o homem criou para apreciar as paisagens naturais e, ao mesmo tempo, ter aproveitamento do espaço para práticas culturais e viabilizar economicamente, uma vez que esses mesmos espaços viram símbolos locais, tornando-se a identidade, a alma e a representatividade comunitária.

Segundo Ribeiro (2007), a ideia de paisagem cultural possui uma ampla tradição na disciplina geográfica, uma vez que ela também passou a ser utilizada por diversos campos dos saber, como a arquitetura e a ecologia, fato que abre várias possibilidades de análise teórica sobre a paisagem. Logo, ao se eleger certa concepção de paisagem e uma metodologia para analisá-la isso influenciará nos resultados da pesquisa implementada, obtendo-se diferentes conclusões num mesmo objeto investigado.

Sendo uma nova categoria de análise a paisagem cultural inseriu-se como chancelas patrimoniais apropriadas pela UNESCO. Dessa forma, o conceito foi expandido para os patrimônios que não estão inseridos como cultural e natural, mas que possuem representatividade na comunidade a qual pertence, sendo uma interseção destas dicotomias.

4 | PAISAGEM CULTURAL COMO CATEGORIA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

Durante a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro entre 24 e 26 de outubro de 1992, na Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, alguns pesquisadores e estudiosos se reuniram na França, no mesmo ano, com o objetivo de valorizar a relação Homem e Natureza e estabelecer critérios para que um bem seja considerado Paisagem Cultural e que esse termo seja inserido na Lista de Patrimônio Mundial. Esta reunião contou com a participação de especialistas relacionados à Paisagem Cultural de oito países e cientistas de diversas áreas, como arqueologia, história, ecologia da paisagem, geografia e arquitetura e planejamento urbano, reforçando, assim, ser um tema multidisciplinar (RIBEIRO, 2013).

Desta forma,

apesar dos avanços, o patrimônio natural e o cultural eram tratados separadamente, sem cogitar as relações de intercessões entre ambos; um exemplo já citado é o documento “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, da Unesco (1972), que define os bens patrimoniais naturais e os culturais, sem relacioná-los (RIBEIRO, 2013, p. 51).

“A ideia de paisagem cultural, por sua vez, como concebida na categoria do patrimônio, trata da interação entre a natureza e a cultura, na medida em que abrange formas tradicionais de viver e de se relacionar com o meio ambiente” (NÓR, 2013, p. 26). Os patrimônios culturais, então, são objetos do processo ligado diretamente a memória e identidade, trazendo consigo uma carga muito forte de significado, e a natureza que está diretamente influenciada com a intervenção humana fazendo com que a natureza não seja um bem intocado.

A discussão e a inclusão da paisagem cultural, enquanto patrimônio, também repercutiu no Brasil através de documentos internacionais e outros produzidos no país (FERREIRA; LANARI, MOREIRA, 2014).

Em 1992, a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais ou culturais (RIBEIRO, 2013). Para Caballero (2016), o conceito de “paisagem cultural” surgiu na Convenção do Patrimônio Mundial e, em paralelo, a ideia de “reservas de biosfera” foi desenvolvida na Convenção de Diversidade Biológica: agora, as cidades são consideradas sistemas ecológicos.

Ribeiro et al. (2013) destacam que a riqueza de um povo não se mede apenas pela sua riqueza financeira ou econômica, mas também pelo seu patrimônio natural, social e cultural. O patrimônio de um indivíduo, de uma sociedade ou da humanidade pode ser material, como, por exemplo, o legado arquitetônico ou o legado de lugares com valor cênico e paisagístico, ou, também, imaterial, composto por ideias e expressões científicas e filosóficas.

Seguindo os critérios de classificação de patrimônios da UNESCO, até então era possível apenas distinguir um bem como cultural ou natural, mas existiam bens que podiam ser classificados nas duas categorias e, assim, futuramente foi

criado o termo bem misto por preencher critérios culturais e naturais, porém sem que, necessariamente, seja o objeto de análise ou de valorização. Posteriormente, com o desenvolvimento da ecologia e das políticas públicas, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável ativou uma valorização na relação da harmonia entre o homem e o meio ambiente, e, a partir de então, foi pensada pela UNESCO a categoria de Paisagem Cultural (RIBEIRO, 2013).

Quando Paisagem Cultural é discutida, é importante diferenciar como são reconhecidos patrimônios que possuem chancela pela UNESCO: Patrimônio Cultural e Natural. Os Patrimônios Culturais podem ser subdivididos em materiais e imateriais, os materiais são considerados em monumentos como elementos arquitetônicos, pinturas, esculturas, artefatos arqueológicos, inscrições, cavernas, conjuntos de construções reunidas ou isoladas e obras do homem que tenham valor excepcional para a Humanidade quanto à história, artes ou ciência.

Assim como os patrimônios culturais são subdivididos para compreensão dos diversos bens tombados, a UNESCO classificou os tipos de paisagens culturais de acordo com suas características. Abaixo seguem os critérios para que um bem seja considerado uma Paisagem Cultural, os quais foram discutidos em 1992.

Paisagem Cultural	
Paisagens Claramente Definidas	
Paisagem Evoluída Organicamente	Paisagem Relíquia ou Fóssil
	Paisagem Contínua
Paisagem Cultural Associativa	

Quadro 1: Tipos de Paisagens Culturais

Fonte: Ribeiro (2007)

Para Ribeiro (2007), as paisagens claramente definidas são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, nas quais se encaixam jardins e parques construídos por razões estéticas. Figueiredo (2013) complementa, são paisagens cujos planos e projetos visam associar espaços livres a conjuntos edificados, ou seja, são desenhos ligados ao paisagismo.

A segunda categoria, de paisagem evoluída organicamente, resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso, e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo, ou seja, representa um ciclo social que pode representar uma cidade inteira ou parte dela. Esse tipo de paisagem pode, ainda, ser dividida em duas subcategorias: a paisagem relíquia ou fóssil, aquela cujo processo de construção terminou em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis, como vestígios materiais; e, a paisagem contínua, aquela que retém um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada com formas de vida tradicionais, e na qual processos

evolutivos ainda estão em progressão, ao mesmo tempo em que exibe significativa evidência material de sua evolução através do tempo (FIGUEIREDO, 2013; RIBEIRO, 2013).

A terceira categoria é a da paisagem cultural associativa, a qual trata das paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. Sua inclusão na lista do patrimônio mundial é justificada em virtude de poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural, sem a evidência material da cultura, que pode ser insignificante ou mesmo ausente, sendo a necessidade de espaço físico para que as aplicabilidades dos bens imateriais como rituais religiosos ou sagrados (FIGUEIREDO, 2013).

Segundo Fowler (2003) a maioria das Paisagens Culturais se caracterizavam por Paisagem Evoluída Organicamente e Contínua que representa cerca de 60% das paisagens catalogadas pela UNESCO. As categorias apresentadas têm como objetivo inserir os bens que não se encaixam nas dicotomias: Patrimônios Culturais e Naturais, criando uma nova forma de salvaguardar esses bens que representam significância para uma sociedade, cuja interação homem e natureza se mantém presente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, a Paisagem Cultural teve o conceito construído primeiramente na geografia cultural que relaciona as ações humanas com a natureza. Devido à preocupação crescentes quanto aos bens da Humanidade afim de salvaguardar para as posteridades, as Nações Unidas criaram os Patrimônios Culturais e Naturais, mas os estudiosos viram a necessidade de preservar paisagens que não se incluíam em todas as exigências das chancelas patrimoniais. Portanto, em 1992, a UNESCO incluiu a Paisagem Cultural na lista de proteção, conseqüentemente os Estados criaram seus próprios órgãos para catalogar e institucionalizar a Paisagem Cultural.

Como forma de reconhecer esses bens são necessários categorizar as paisagens culturais, dessa forma é subdividida em Paisagens Claramente Definidas, assim como, Paisagens Evoluídas Organicamente que desmembra em relíquias ou fósseis e em Paisagens Associativas. A Paisagem Cultural está ascendente quanto às discussões patrimoniais nos Estados, mas faltam instrumentos para reconhecer tais paisagens e as particularidades de cada uma ficando os pesquisadores a missão de promover métodos de análise dos objetos de estudos na nova categoria patrimonial.

É importante salutar os esforços da UNESCO em criar categorias para salvaguardar os patrimônios. Contudo, para o pleno e eficaz serviço de proteção de Paisagem Cultural, faz-se necessário aprender com as experiências de bens patrimoniais que são inscritos em outras categorias de chancela, cultural e natural, que é importante a interlocução com os atores locais envolvidos, sejam institucionais, prefeituras, estados, sociedade civil, ou seja, o reconhecimento da comunidade para

aquele bem seja pleno e proveitoso para todos.

REFERÊNCIAS

- ANDREOTTI, G.; FURLANETTO, B. **O senso ético e estético da paisagem**. Ra'ega, o espaço geográfico em análise, Curitiba, v. 1, n. 24, p. 05-17, abr./jan. 2012.
- CABALLERO, G. **The role of natural resources in the historic urban landscape approach**. Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development, Singapura, v. 6, n. 1, p. 02-13, out. 2016.
- CORRÊA, R. L. **Sobre a Geografia Cultural**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- FERREIRA, L.; LANARI, R.; MOREIRA, M. **A paisagem cultural do norte do estado do Mato Grosso: construindo a memória do Rio Teles Pires**. Revista Científica das Áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 53-77, ago./dez. 2014.
- FIGUEIREDO, V. G. B. **O Patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções?** Paisagem e ambiente: ensaios, São Paulo, v.1, n.32, p. 83-113, 2013.
- FOWLER, Peter J. **World heritage cultural landscapes 1992-2002**. Paris: UNESCO, 2003. 133 p. (Word heritage papers, n. 6). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/series/6/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.
- LARAIA, R. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- MANTOVANI, J.; BARBOSA, S. **A paisagem e a descoberta do mundo em “campo geral”, de Guimarães Rosa**. Revista de Anpoll, Florianópolis, v. 1, n. 38, p. 268-277, jan./jun. 2015.
- NÓR, S. **O lugar como imaterialidade da paisagem cultural**. Paisagem e Ambiente: ensaios, São Paulo, v. 4, n. 34, p. 119-129, abr./jun. 2013.
- RIBEIRO, R. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- RIBEIRO, M. A. et al. **Gestão da água e Paisagem Cultural**. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 44-67, jul./dez. 2013.
- RISSO, L. **Paisagens e cultura: uma reflexão teórica e prática a partir de uma comunidade indígena amazônica**. Espaço e cultura UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 67-76, jan./jun. 2008.
- SAUER, C. **The morphology of landscape**. Publications in Geography, Califórnia, v. 2, n. 2, p. 19-54, 1925.
- SOUZA, L.; SANTOS, A. **A fitogeografia urbana nas praças públicas da cidade de Parintins-AM, sua importância histórica/social e ambiental na paisagem urbana**. Manaus: 2017. 22 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Amazonas, 2017.
- VENTURI, L. **Recurso Natural: a construção de um conceito**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 9-17, maio/ago. 2006.
- YÁZIGI, E. **A importância da paisagem. Paisagem e turismo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura urbana: 47, 49, 50, 51

Ambiente: 50, 74, 77, 79, 111, 129, 134, 196, 197

Análise de Conteúdo: 13

Arquitetura: 2, 5, 38, 53, 54, 57, 65, 66, 68, 79, 91, 113, 118, 120, 125, 133, 137, 146, 168, 173, 185, 188, 200, 210, 224, 233, 234, 236, 240, 247, 261, 266, 267, 278, 301, 303

C

Cartografia Social: 250, 251, 254, 259, 260, 262

Centro cultural: 289

Cultura: 33, 77, 99, 102, 103, 127, 151, 173, 189, 197, 253, 261, 262, 266, 269

E

Espaços Públicos: 162

Etnografia: 96, 99

I

Identidade: 91, 196, 250, 251, 275

M

Mapeamento Participativo: 250, 255

Monumentos Culturais: 264

N

Natureza: 68, 74, 130, 211, 218, 300

P

Paisagem: 7, 8, 9, 65, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 89, 91, 92, 94, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 113, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 146, 149, 150, 160, 162, 165, 172, 173, 175, 185, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203, 205, 208, 210, 211, 224, 237, 250, 251, 253, 254, 257, 258, 259, 261, 262, 291, 292, 300, 304

Paisagismo: 304

Patrimônio Cultural: 75, 102, 103, 133, 154, 210, 253, 260, 262, 269, 270, 275, 303, 304

Pesquisa urbana: 304

Planejamento: 23, 65, 79, 89, 146, 149, 160, 213, 250, 251, 262, 303, 304

Política habitacional: 113, 304

Políticas Públicas: 197, 304

Projeto arquitetônico: 304

Proteção urbana: 304

S

Sustentabilidade: 50, 304

T

Território: 79, 250, 251, 304

U

Urbanismo: 2, 5, 38, 53, 65, 68, 79, 91, 113, 120, 125, 137, 146, 159, 168, 173, 188, 200, 224, 233, 236, 261, 266, 267, 278, 281, 290, 303, 304

Urbano: 10, 24, 58, 59, 89, 139, 146, 147, 210, 213, 227, 228, 304

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-485-6

